



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO
EDITAL Nº 3 – TJ/PB – JUIZ SUBSTITUTO, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2011

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR **ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS**, PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA, FAZ SABER sobre a **retificação** dos objetos de avaliação constantes do **item 18**, assim como a **retificação** dos subitens **6.3, 6.4** e a **alteração** das datas constantes desses e dos subitens **5.3, 6.6, 7.1, 14.1, 14.1.1.2, 14.1.2**, a **reabertura** do prazo para inscrição e solicitação de isenção e os procedimentos para a devolução de taxa de inscrição, a **inclusão** dos subitens **14.1.1.1.1** e **17.35**, bem como a **exclusão** do subitem **3.4.6** do Edital nº 1 – TJ/PB – Juiz Substituto, de 17 de dezembro de 2010, publicado no *Diário Oficial da União* e no *Diário da Justiça do Estado da Paraíba*, que passa a ter a redação a seguir especificada.

(...)

18.2 CONHECIMENTOS

18.2.1 Nas provas, serão avaliados habilidades e conhecimentos conforme especificação a seguir.

DIREITO CIVIL

1 Da lei: eficácia espacial e temporal; princípio da irretroatividade da lei; revogação, derrogação e ab-rogação; direito adquirido. 2 Das pessoas. 2.1 Pessoas naturais: personalidade e capacidade; modalidades, modificações e direitos. 2.2 Ausência. 2.2 Pessoas jurídicas: espécies, personificação, direitos e obrigações. 2.3 Fundações. 2.4 Grupos jurídicos não personificados. 2.5 Despersonalização e responsabilidades. 2.6 Domicílio e residência. 3 Fatos jurídicos: negócios e atos jurídicos; definições, espécies, pressupostos de validade, prova, defeitos e invalidades; modalidades dos negócios jurídicos; teoria das nulidades; atos ilícitos; boa-fé objetiva e subjetiva; prescrição e decadência. 4 Bens e suas classificações; bem de família. 5 Obrigações: conceito, modalidades, transmissão, adimplemento e extinção; obrigações líquidas e ilíquidas; cláusula penal; inadimplemento; responsabilidade extracontratual; teoria da imprevisão. 6 Contratos: disposições gerais; extinção dos contratos – exceção do contrato não cumprido e da resolução por onerosidade excessiva –; espécies de contrato: compra e venda; doação; empréstimo – comodato e mútuo; prestação de serviço; empreitada; depósito; mandato; transação; enriquecimento sem causa. 7 Empresa: conceito; empresário e exercício da empresa; sociedade – disposições gerais, espécies, direitos, obrigações e responsabilidades; sociedade e sócios –; liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão; estabelecimento – institutos complementares, prepostos; sociedade limitada – disposições preliminares, quotas, administração, deliberação dos sócios, aumento e redução do capital, resolução da sociedade em relação a sócios minoritários –; dissolução – modos e efeitos –; sociedade cooperativa. 8 Hierarquia, integração e interpretação da lei: métodos de interpretação; analogia, princípios gerais do direito e equidade. 9 Responsabilidade civil: preferências e privilégios creditórios. 10 Posse. 11 Direitos reais: propriedade; superfície; servidões; usufruto; uso; habitação; direito do promitente comprador; penhor, hipoteca e anticrese. 12 Direito de família: direito pessoal; direito patrimonial; união estável; tutela e curatela. 13 Direito das sucessões: sucessão em geral; sucessão legítima; sucessão testamentária; inventário e partilha. 14 Legislação especial: registros públicos – registro civil das pessoas jurídicas e físicas, registro de títulos e documentos, registros facultativos e obrigatórios de imóveis – Lei nº 6.015/1978, Decreto-



Lei nº 911/1969 –; cédula de produto rural – Lei nº 8.929/1994 –; cédula hipotecária – Decreto-Lei nº 70/1966 –; condomínio em edificações e incorporações imobiliárias – Lei nº 4.591/1964 e Lei nº 10.931/2004 –; desapropriação por utilidade pública – Decreto-Lei nº 3.365/1941 –; desapropriação por interesse social – Lei nº 4.132/1962 –; locação de imóveis urbanos – Lei nº 8.245/1991 –; mútuo – Decreto nº 22.626/1933 –; promessa de compra e venda e loteamento – Decreto-Lei nº 58/1937, Lei nº 6.766/1979 –; seguros – Decreto nº 61.867/1967, Lei nº 6.194/1974, Lei nº 9.656/1998.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Princípios fundamentais do processo civil. 2 Jurisdição e competência: conceito, formas, limites e modificações da competência. 3 Ação: conceito, classificação, espécies, natureza jurídica; ação e pretensão; condições da ação. 4 Processo: conceito e natureza jurídica; relação jurídica processual e relação jurídica material; objeto do processo; mérito da causa; processo e procedimento; tipos de processo – processo de conhecimento, processo cautelar e processo de execução. 5 Formação, suspensão e extinção do processo; pressupostos processuais; ausência, efeitos, efetividade do processo. 6 Sujeitos da relação processual: partes – conceito, capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo –; legitimação ordinária e extraordinária – substituição processual –; procuradores; Ministério Público; juiz; intervenção de terceiros; assistência. 7 Atos processuais: prazos; despesas processuais; honorários. 8 Petição inicial: requisitos e vícios; pedido – noções gerais, espécies, interpretação e alteração, cumulação de pedidos. 9 Tutela inibitória e antecipação de tutela; tutela específica e antecipada das obrigações de fazer e de não fazer. 10 Resposta do réu: defesa direta e defesa indireta; contestação, exceção e objeção; exceções processuais – incompetência, impedimento e suspeição –; reconvenção; revelia; carência de ação; litispendência, conexão e continência de causa. 11 Prova: conceito; objeto; prova de direito; prova ilícita; ônus da prova – finalidade, princípios, disciplina –; iniciativa probatória do juiz; prova emprestada; apreciação da prova – papel do juiz, sistemas –; indícios e presunções. 12 Sentença: conceito, classificação, requisitos e efeitos; julgamento *extra, ultra* e *citra petita*; coisa julgada – limites e efeitos –; coisa julgada e preclusão; espécies de preclusão. 13 Recursos: princípios gerais e efeitos; espécies; recurso adesivo e reexame necessário; embargos de declaração; recurso extraordinário e recurso especial; natureza e fins; hipóteses de cabimento. 14 Ação civil de improbidade administrativa. 15 Incidente de uniformização de jurisprudência. 16 Processo de execução: partes; liquidação; natureza jurídica da liquidação e modalidades; títulos executivos judiciais e extrajudiciais; responsabilidade patrimonial; bens impenhoráveis; execução das obrigações de fazer e de não fazer; execução contra a fazenda pública. 17 Processo cautelar: disposições e princípios gerais, liminares, sentença cautelar e seus efeitos. Medidas cautelares específicas: arresto, sequestro, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas e protesto. 18 Procedimentos especiais: procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária.

DIREITO ELEITORAL

1 Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965 e atualizações). 2 Domicílio eleitoral. 3 Elegibilidade e inelegibilidade. 4 Recursos eleitorais: pressupostos de admissibilidade, efeitos e prazos; recursos perante as juntas e juízos eleitorais e tribunais regionais. 5 Crimes eleitorais: conceito, natureza e classificação; tipos previstos na legislação eleitoral. 6 Processo penal eleitoral: investigação criminal eleitoral; ação penal; competência em matéria criminal eleitoral; rito processual penal eleitoral; invalidação e nulidade de atos eleitorais. 7 Lei das eleições (Lei nº 9.504/1997). 8 Fidelidade partidária: aspectos constitucionais, legais e éticos. 9 Propaganda eleitoral: resoluções do TSE; acesso gratuito ao



rádio e à televisão; propaganda partidária e fiscalização; pesquisas e testes pré-eleitorais; direito de resposta. 10 Ação de investigação judicial: ação de impugnação de mandato eleitoral; mandado de segurança. 11 Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais.

DIREITO AMBIENTAL

1 Princípios do Direito Ambiental. 2 Constituição Federal e meio ambiente. 3 Estudo de impacto ambiental e administração pública. 4 Legislação brasileira de proteção florestal. 5 Áreas de preservação permanente e unidades de conservação. 6 Crimes contra o meio ambiente.

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Consumidor: conceitos básicos; direitos básicos do consumidor; teoria da imprevisão; reparação dos danos patrimoniais e morais; inversão do ônus da prova. 2 Fornecedor: pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira; teoria da responsabilidade civil objetiva do fornecedor, por defeitos do produto e da prestação de serviços; acidentes de consumo; responsabilidade do fornecedor pelos atos de seus prepostos e/ou representantes autônomos. 3 Publicidade e propaganda: princípios; publicidade enganosa e abusiva; publicidade enganosa por omissão; práticas abusivas; responsabilidade pessoal dos profissionais liberais. 4 Produto: conceito; presentes e doações; serviço – conceito; gratuidade; serviços públicos essenciais –; proteção à saúde e segurança. 5 Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço: responsabilidade por vício do produto e/ou do serviço; responsabilidade objetiva; responsabilidade solidária e direito de regresso; excludentes do dever de indenizar. 6 Vícios dos produtos e dos serviços: reparação do vício de inadequação; possibilidade de redução ou ampliação do prazo; substituição do produto, restituição da quantia paga ou abatimento proporcional do preço; produtos impróprios; responsabilidade pelos vícios de quantidade; abatimento proporcional do preço; complementação do peso ou medida; substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo; restituição imediata da quantia paga; vícios na prestação de serviços; serviços impróprios; peças originais; ignorância do fornecedor em relação aos vícios de qualidade; cláusula de não indenizar. 7 Proteção contratual: noções gerais; interpretação e direito de arrependimento; conhecimento prévio das cláusulas contratuais; vinculação do fornecedor às declarações de vontade; conceito elástico de consumidor nas práticas comerciais e contratuais abusivas; reclamação; prazos; decadência e prescrição nas relações de consumo; oferta e sua vinculação; peças e produtos importados; oferta por período razoável de tempo; informações precisas e em língua portuguesa; venda por telefone ou reembolso postal; recusa do cumprimento de oferta; contratos de adesão; cláusula resolutória; cláusula de decaimento; sanções administrativas; infrações penais. 8 Defesa do consumidor em juízo: disposições gerais.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1 Aspectos gerais do direito da criança e do adolescente; proteção da infância no Brasil; direito penal do menor; situação irregular. 2 Direito à vida e proteção ao nascituro: aspectos constitucionais e legais. 3 Direito fundamental à convivência familiar e comunitária: parentesco; poder familiar; aspectos gerais, constitucionais e legais. 4 Colocação em família substituta: guarda, tutela e adoção; abrigo e alternativas de acolhimento familiar. 5 Direito fundamental à educação e cultura: fundamentos constitucionais e legais; direitos infante-juvenis na LDB (Lei nº 11.525/2007). 6 Direito à profissionalização e a proteção do trabalho urbano e rural do adolescente. 7 Direito fundamental à saúde da criança e do adolescente. 8 A justiça da infância e juventude: aspectos processuais e procedimentos especiais; o Ministério Público na Lei nº 8.069/1990; suspensão e perda do poder familiar; colocação em família substituta; apuração



de irregularidades; entidades de atendimento. 9 Prevenção geral e especial no Estatuto da Criança e do Adolescente: formas de controle; a ação civil pública. 10 Crimes e infrações administrativas contra a criança e o adolescente: código penal, estatuto e legislação especial; aspectos constitucionais e legais. 11 Ato infracional: garantias processuais; aplicação de medidas de proteção e medidas socioeducativas. 12 Conselho tutelar; fundo da infância e adolescência.

DIREITO PENAL

1 Fontes do direito penal; princípios aplicáveis ao direito penal. 2 Aplicação da lei penal: princípios da legalidade e da anterioridade; a lei penal no tempo e no espaço; tempo e lugar do crime; lei penal excepcional, especial e temporária; territorialidade e extraterritorialidade da lei penal; pena cumprida no estrangeiro; eficácia da sentença estrangeira; contagem de prazo; frações não computáveis da pena; interpretação da lei penal; analogia; irretroatividade da lei penal; conflito aparente de normas penais. 3 Crime: classificação dos crimes; teorias do crime; o fato típico e seus elementos; relação de causalidade; superveniência de causa independente; relevância da omissão; crime consumado e tentado; pena da tentativa; desistência voluntária e arrependimento eficaz; arrependimento posterior; crime impossível; crime doloso, culposo e preterdoloso; agravação pelo resultado; concurso de crimes; erro sobre elementos do tipo; descriminantes putativas; erro determinado por terceiro; erro sobre a pessoa; erro sobre a ilicitude do fato (erro de proibição); coação irresistível e obediência hierárquica; ilicitude e causas de exclusão; excesso punível; culpabilidade: teorias, elementos e causas de exclusão. 4 Imputabilidade penal. 5 Concurso de pessoas. 6 Penas: espécies; cominação; aplicação; suspensão condicional; livramento condicional; efeitos da condenação; reabilitação; execução das penas em espécie e incidentes de execução. 7 Medidas de segurança; execução das medidas de segurança. 8 Ação penal. 9 Punibilidade e causas de extinção. 10 Preconceito racial (Lei nº 7.716/1989). 11 Crimes contra a pessoa. 11 Crimes contra o patrimônio. 12 Crimes contra a propriedade imaterial. 13 Crimes contra a organização do trabalho. 14 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 15 Crimes contra a dignidade sexual. 16 Crimes contra a família. 17 Crimes contra a incolumidade pública. 18 Crimes contra a paz pública. 19 Crimes contra a fé pública. 20 Crimes contra a administração pública. 21 Crimes de licitações e contratos da administração pública (Lei nº 8.666/1993). 22 Delitos hediondos (Lei nº 8.072/1990). 23 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal. 24 Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965). 25 Crimes contra as finanças públicas (Lei nº 10.028/2000 que alterou o Código Penal). 26 Crimes definidos na Lei nº 11.343/2006. 27 Crime contra o sistema financeiro. 28 Crime contra a ordem tributária. 29 Crime de lavagem de dinheiro. 30 Crimes ambientais. 31 Crime de tortura. 32. Crimes de trânsito. 33 Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003). 34 Corrupção de menores. 35 Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas; sujeitos da relação processual; inquérito policial. 2 Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais; ação penal pública – titularidade, condições de procedibilidade –; denúncia – forma e conteúdo; recebimento e rejeição; ação penal de iniciativa privada – titularidade –; queixa; renúncia; perdão; preempção; extinção da punibilidade; ação civil. 3 Jurisdição e competência: critérios de determinação e modificação; incompetência; efeitos; questões e processos incidentes. 4 Prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação; sigilo bancário e fiscal; interceptação das comunicações; busca e apreensão; juiz, Ministério Público, acusado



e defensor; assistentes e auxiliares da justiça; prisão e liberdade provisória; prisão em flagrante; prisão preventiva; prisão temporária. 5 Citações e intimações: forma, lugar e tempo dos atos processuais; atos processuais; atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da justiça e de terceiros; assistência; prazos – características, princípios e contagem. 6 Sentença: conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação; sentença absolutória – providências e efeitos –; sentença condenatória – fundamentação da pena e efeitos; efeitos civis da sentença penal; coisa julgada penal; aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. 7 Processo e procedimento: pressupostos processuais; formas procedimentais; procedimento ordinário; procedimento sumário; procedimento sumaríssimo; juizados especiais criminais; procedimento relativo ao tribunal do júri; procedimentos especiais, inclusive de leis especiais. 8 Nulidades: recursos em geral – princípios básicos e modalidades e princípio da fungibilidade; revisão criminal; exceções. 9 *Habeas corpus*; processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos; processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. 10 Restituição de coisas apreendidas; perdimento de bens.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição: conceito, objeto e elementos; supremacia da constituição; tipos de constituição; poder constituinte; emenda, reforma e revisão constitucionais. 2 Princípios e normas constitucionais: classificação; aplicabilidade; normas constitucionais e inconstitucionais; interpretação da norma constitucional. 3 Direitos e garantias fundamentais; direitos e deveres individuais, difusos e coletivos; tutelas constitucionais das liberdades – *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção e ação popular –; direitos sociais; associação sindical – autonomia, liberdade e atuação. 4 Constituição e processo: direitos e garantias fundamentais de natureza processual. 5 Administração pública: estruturas básicas; servidores públicos; princípios constitucionais. 6 Princípio da separação dos poderes: implicação, evolução e tendência. 7 Poder Legislativo: organização; atribuições do Congresso Nacional; fiscalização contábil, financeira e orçamentária; competências do Senado e da Câmara; processo legislativo. 8 Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; ministros de Estado; presidente da República – poder regulamentar –; medidas provisórias; União; competência; bens da União. estado-membro – competência, autonomia –; Distrito Federal; territórios federais; municípios – competência, regiões metropolitanas. 9 Poder Judiciário: organização; órgãos e competência; Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, justiça federal, justiça estadual, justiça do trabalho; Estatuto Constitucional da Magistratura; garantias da magistratura; estatuto. 10 Controle da constitucionalidade das leis: conceito, espécies, ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental; controle difuso; efeitos da declaração de constitucionalidade das leis. 11 Finanças públicas: normas gerais; orçamentos; execução contra a fazenda pública. 12 Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica; atividade econômica do Estado; propriedade na ordem econômica; regime constitucional da propriedade – função socioambiental; Sistema Financeiro Nacional. 13 Ordem social: seguridade social; meio ambiente; família, criança, adolescente, idoso, índios. 14 Federação brasileira: características, discriminação de competência na Constituição de 1988. 15 Advocacia Geral da União, representação judicial e consultoria jurídica dos estados e do Distrito Federal.



DIREITO EMPRESARIAL

1 O empresário: empresário individual e sociedade empresária; requisitos necessários, capacidade, impedimentos, direitos e deveres em face da legislação vigente. 2 O estabelecimento empresarial: conceito, natureza e elementos; registro de empresa; nome comercial – natureza e espécies –; prepostos; escrituração e livros comerciais obrigatórios – espécies, requisitos e valor probante. 3 Propriedade industrial: bens da propriedade industrial; propriedade intelectual; patentes; registros; exploração da propriedade industrial. 4 Atividade empresarial e qualidade do fornecimento de bens e serviços: direitos do consumidor na solução dos vícios no fornecimento de bens e serviços. 5 Atividade empresarial e publicidade: publicidade e tutela do consumidor; publicidade simulada, enganosa, abusiva; responsabilidade civil do anunciante, da agência de propaganda e do veículo de comunicação. 6 Títulos de crédito: conceito, natureza jurídica e espécies – letra de câmbio, duplicata, cheque, *warrant*. 7 Sociedades empresariais: conceito, classificação, características, distinções, registro; sociedade não personificada; sociedade em comum; sociedade em conta de participação; sociedade personificada – sociedade simples, em nome coletivo, em comandita simples, limitada, anônima, em comandita por ações, cooperativa e coligada –; sociedade dependente de autorização – sociedade nacional e sociedade estrangeira. 8 Contratos mercantis frente ao atual Código Civil: alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil (*leasing*), franquia (*franchising* – Lei nº 8.955/1994), *factoring*, representação comercial, concessão mercantil. 9 Sociedade limitada: conceito e legislação; direitos e obrigações dos sócios e administradores; doutrina da desconsideração da personalidade jurídica; a saída do sócio; a dissolução e liquidação da sociedade; capital social; exclusão do sócio. 10 Sociedade anônima: conceito, características e espécies; capital social; ações; modificação do capital; acionistas – direitos e obrigações; assembleias; conselho de administração; diretoria; administradores – deveres e responsabilidades; dissolução, liquidação e extinção da companhia; condição jurídica dos empregados eleitos diretores da sociedade. 11 Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. 12 Recuperação judicial e extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária (Lei nº 11.101/2005). 13 Código de Defesa do Consumidor: princípios de regência, interpretação e ônus da prova; desconsideração da personalidade jurídica; interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1 O Estado e o poder de tributar. 2 Direito tributário: conceito e princípios; tributo – conceito e espécies –; Código Tributário Nacional; normas gerais de direito tributário. 3 Norma tributária: espécies; vigência e aplicação; interpretação e integração; natureza. 4 Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador – hipótese de incidência; sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 5 Crédito tributário: conceito; natureza; lançamento; revisão; suspensão; extinção e exclusão; prescrição e decadência; repetição do indébito. 6 Responsabilidade tributária: responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem; solidariedade e sucessão; responsabilidade pessoal e de terceiros; responsabilidade supletiva. 7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8 Sistema Tributário Nacional: princípios gerais; limitações do poder de tributar; impostos da União; impostos dos estados e do Distrito Federal; impostos dos municípios; repartição das receitas tributárias. 9 Dívida ativa e certidões negativas. 10 Lei Complementar nº 118/2005.



DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Princípios informativos da administração pública. 2 Ato administrativo: conceito, classificação, requisitos e revogação; atos administrativos vinculados e discricionários; o mérito do ato administrativo. 3 Vícios do ato administrativo; atos administrativos nulos e anuláveis; teoria dos motivos determinantes. 4 Administração direta e indireta: autarquia; sociedade de economia mista; empresa pública; fundação pública; agências reguladoras e executivas. 5 Poderes da administração: hierárquico; disciplinar; regulamentar e de polícia; poder de polícia – conceito, polícia judiciária e polícia administrativa –; as liberdades públicas e o poder de polícia. 6 Responsabilidade civil do Estado: fundamentos; responsabilidade sem culpa; responsabilidade por ato do servidor e por ato judicial; ação regressiva. 7 Controle jurisdicional de legalidade dos atos administrativos: limites, privilégios da administração e meios de controle. 8 Bens públicos; imprescritibilidade e impenhorabilidade. 9 Agentes públicos: servidor público e funcionário público; direito de sindicalização e direito de greve do servidor público; regime jurídico dos servidores públicos civis da União – Lei n.º 8.112/1990 –; natureza jurídica da relação de emprego público; agentes políticos. 10 Improbidade administrativa. 11 Inquérito civil público: natureza, objeto, instauração e conclusão; ajustamento de conduta. 12 Serviço público: conceito; caracteres jurídicos; classificação e garantias. 13 Licitação. 14 Contrato administrativo: consórcios e convênios. 15 Serviço público: concessões e permissões de serviços públicos. 16 Processo administrativo.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA SOCIOLOGIA DO DIREITO

1 Introdução à sociologia da administração judiciária; aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia); gestão de pessoas. 2 Relações sociais e relações jurídicas; controle social e o Direito; transformações sociais e Direito. 3 Direito, comunicação social e opinião pública. 4 Conflitos sociais e mecanismos de resolução; sistemas não judiciais de composição de litígios.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

1 Psicologia e comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia. 2 Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual. 3 Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos; técnicas de negociação e mediação; procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos. 4 O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial; comportamento de partes e testemunhas.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

1 Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções. 2 Direitos e deveres funcionais da magistratura. 3 Código de Ética da Magistratura Nacional. 4 Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: corregedorias, ouvidorias, conselhos superiores e Conselho Nacional de Justiça. 5 Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados. 6 Administração judicial; planejamento estratégico; modernização da gestão.

FILOSOFIA DO DIREITO

1 O conceito de justiça; sentido lato de justiça, como valor universal; sentido estrito de justiça, como valor jurídico-político; divergências sobre o conteúdo do conceito. 2 O conceito de Direito; equidade; direito e moral. 3 A interpretação do Direito; a superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico dedutivo; o método de interpretação pela lógica do razoável.



TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

1 Direito objetivo e direito subjetivo. 2 Fontes do direito objetivo; princípios gerais de direito; jurisprudência; súmula vinculante. 3 Eficácia da lei no tempo; conflito de normas jurídicas no tempo e o direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho. 4 O conceito de política; política e direito. 5 Ideologias. 6 A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).

FAZ SABER, também, a **reabertura** do prazo para inscrição e solicitação de isenção e os procedimentos para a devolução de taxa de inscrição, conforme a seguir especificado.

1 As inscrições e as solicitações de isenção serão realizadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/tjpb_juiz2010, das **10 horas do dia 17 de fevereiro de 2011 até as 23 horas e 59 minutos do dia 17 de março de 2011**, observado o horário oficial de Brasília/DF, com o pagamento da GRU COBRANÇA até o dia **12 de abril de 2011** e a entrega ou o envio da cópia do CPF e do laudo médico a que se refere os subitens 3.4 e 5.4.9 do referido edital, até o dia **13 de abril de 2011**.

1.1 As solicitações de isenção de taxa poderão ser entregues pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador, no Colégio Lyceu Paraibano, Avenida Getúlio Vargas, s/nº – Centro, João Pessoa/PB, **das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas**, ou, ainda, encaminhadas via SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento, considerada a data final de postagem em **18 de março de 2011**, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB (Isenção TJ/PB – Juiz Substituto), Caixa Postal 4488, CEP 70904-970, Brasília/DF.

1.2 A relação dos pedidos de isenção deferidos será divulgada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/tjpb_juiz2010 até o dia **29 de março de 2011**.

3 Os candidatos que não desejarem mais participar do concurso em decorrência das alterações acima, poderão solicitar devolução da taxa de inscrição conforme procedimentos especificados a seguir.

3.1 As solicitações de devolução deverão ser realizadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/tjpb_juiz2010, **das 10 horas do dia 21 de fevereiro de 2011 às 23 horas e 59 minutos do dia 25 de fevereiro de 2011**, observado o horário oficial de Brasília/DF, devendo o candidato, para tanto, informar seu número de inscrição e senha de acesso, seu CPF, seus dados bancários e demais dados do concurso solicitados no sistema.

3.1.1 Os candidatos que não possuem conta corrente prestarão as informações solicitadas no *link* acima e **deverão deixar em branco as informações relativas aos dados bancários**.

3.1.2 A devolução da taxa de inscrição dos candidatos que não possuem conta corrente será disponibilizada para saque em qualquer agência do Banco do Brasil, devendo o candidato dirigir-se ao caixa apresentando o seu CPF.

3.1.3 Não será devolvida taxa de inscrição em contas de terceiros.

3.1.4 O prazo máximo para a devolução da taxa de inscrição será o dia **25 de março de 2011**.

3.1.5 As solicitações fora do prazo ou em forma diversa do estabelecido neste edital serão **liminarmente indeferidas**.

(...)

FAZ SABER, ainda, a retificação dos subitens **6.3** e **6.4**, assim como a alteração das datas constantes desses e dos subitens **5.3, 6.6, 7.1, 14.1, 14.1.1.2, 14.1.2**, do referido edital.

(...)

5.3 O candidato deverá comparecer até o dia **18 de março de 2011** (exceto sábado, domingo e feriado),



horário de expediente, na Coordenadoria de Assistência Médica e Social do Tribunal de Justiça, situada no 4º andar do Anexo Administrativo, Praça João Pessoa, s/nº, João Pessoa/PB, portando:

(...)

6.3 **A convocação** para a perícia médica dos candidatos que se declararam portadores de deficiência e a homologação das inscrições preliminares deferidas serão publicadas no *Diário Oficial da União* e no *Diário da Justiça do Estado da Paraíba* e **divulgadas** no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/tjpb_juiz2010, na data provável de **9 de maio de 2011**.

6.4 **O resultado da perícia médica** e os locais e o horário de realização da prova objetiva seletiva serão publicados no *Diário Oficial da União* e no *Diário da Justiça do Estado da Paraíba* e divulgados no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/tjpb_juiz2010, na data provável de **1º de junho de 2011**. **São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.**

(...)

6.6 O resultado final da prova objetiva seletiva será publicado no *Diário Oficial da União* e no *Diário da Justiça do Estado da Paraíba* e divulgados no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/tjpb_juiz2010, na data provável de **28 de julho de 2011**.

(...)

7.1 A prova objetiva seletiva, de caráter eliminatório e classificatório, valerá 10,00 (dez) pontos e será composta de 100 (cem) questões distribuídas da forma descrita a seguir e será realizada na data provável de **12 de junho de 2011**, com duração de **5 (cinco) horas**, no turno da **manhã**.

(...)

14.1.1 Os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva seletiva e a prova objetiva seletiva serão divulgados no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/tjpb_juiz2010, na data provável de **15 de junho de 2011**.

14.1.1.1 Os gabaritos oficiais preliminares serão também publicados no *Diário da Justiça do Estado da Paraíba* na data provável de **15 de junho de 2011**.

14.1.1.2 O candidato disporá dos dias **21 e 22 de junho de 2011** para a vista da **folha de resposta da prova objetiva seletiva**, a ser disponibilizada conforme subitem 14.1.1 deste edital.

14.1.2 O candidato que desejar interpor recursos, os quais não terão efeito suspensivo, contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva seletiva, disporá dos dias **23 e 24 de junho de 2011** para fazê-lo, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia, ininterruptamente.

(...)

FAZ SABER, por fim, a **inclusão** do **14.1.1.1** e **17.35** no referido edital de abertura.

14.1.1.1.1 O candidato disporá dos dias 16 e 17 de junho de 2011 para requerer a vista de prova pelo endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/tjpb_juiz2010.

17.35 No Poder Judiciário da Paraíba, a partir de 1º de janeiro de 2011, todas as publicações são feitas, exclusivamente, por intermédio do Diário da Justiça Eletrônico.

João Pessoa/PB, 16 de fevereiro de 2011.

Desembargador **ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba